

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E
CONTABILIDADE
FEAAC
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MICROCRÉDITO: UMA ALTERNATIVA VIÁVEL NA GERAÇÃO DE
EMPREGO E RENDA

Rosa Maria Carneiro de Araújo

Monografia submetida
à coordenação do curso de
graduação em Economia,
como requisito parcial para
obtenção do título de
Bacharel em Ciências
Econômicas

Fortaleza – Ceará
2001.2

MICROCRÉDITO: UMA ALTERNATIVA VIÁVEL NA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

Rosa Maria Carneiro de Araújo

Monografia aprovada em _____ de _____ de 2002.

Antônio Luiz Abreu Dantas
Professor orientador

Nota

Sandra Maria Santos
Banca Examinadora

Nota

~~Erivaldo Moreira Gadelha~~
Banca Examinadora

Nota

Agradecimentos

A Deus por ter me dado saúde e disposição, mostrando o caminho certo a seguir, agradeço pela força e fé; sem ele seria impossível a realização deste trabalho.

Agradeço a meus pais, que em todos os momentos me apóiam e incentivam. Em especial à minha mãe pelo carinho e dedicação incondicional.

Às minhas irmãs, Maria das Graças e Mariana, que sempre estão presentes em todos os momentos da minha vida.

Ao meu professor orientador, Abreu, pela paciência, orientação e contribuição na elaboração desta monografia, meus sinceros agradecimentos.

Aos professores Sandra e Erivaldo, membros da banca examinadora, pela atenção.

E a todos que contribuíram direta e indiretamente na minha formação tornando possível este momento.

SUMÁRIO

Introdução	01
01 – Causas e efeitos do desemprego Mundial e o caso brasileiro	04
1.1 Causas do Desemprego Mundial	04
1.2 Efeitos da Reestruturação econômica no mercado de trabalho	08
1.3 Características do mercado de trabalho brasileiro	10
02 – Microempreendimentos e o setor informal: Conceito e algumas Abordagens	15
2.1 O Setor Informal no Brasil.....	16
2.1.1 Setor Informal: Aspectos Conceituais	17
2.1.2 Algumas abordagens segundo alguns autores	18
03 – Microcrédito e sua importância para os pequenos negócios.....	21
3.1 Características do microcrédito	23
3.2 Rede CEAPE (Centro de Apoio ao Pequeno Empreendedor)	25
3.3 Portosol (RS).....	30
3.4 Crediamigo do Banco do Nordeste	34
3.5 Caixa do Povo CE	39
3.6 Principais diferenças entre os programas abordados	40
Conclusão	42
Bibliografia	46

INTRODUÇÃO

A falta de empregos é um dos principais desafios de governos de todo o mundo. Atualmente todos têm certo receio de perder o emprego, uma vez que se colocar novamente no mercado de trabalho é extremamente difícil, a não ser que o trabalhador seja altamente qualificado ou faça parte de subempregados, cujas atividades não têm amparos ou benefícios legais.

Dados da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) mostram em 1994 um desemprego de 8,5% da força de trabalho, ou seja, 35 milhões de trabalhadores. Em 1997 a taxa média de desemprego era de 11,2% (Tachinardi, 1997).

Dados do IBGE, de 1998, constataram a existência no Brasil de 1,45 milhões de desempregados, considerando as suas principais regiões metropolitanas, o que significa 8,2% de desempregados (Santos, 1998).

As crises levaram as empresas e economias nacionais a intensificarem a busca de novos caminhos, cujo objetivo era elevar a produtividade, desenvolver novos produtos, buscando novos mercados. Essa reestruturação na indústria, através de adoção de sofisticadas tecnologias, pode, em parte, explicar a grande onda de desemprego. Logo, esse tema tem sido discutido por vários estudiosos, que buscam soluções urgentes.

O certo é que o mundo está globalizado e as empresas buscam se adaptar as transformações, sob o risco de perder espaço no mercado. Uma dessas adaptações seria produzir com menores custos e reduzida força de trabalho.

Com base nisso, o primeiro capítulo deste trabalho propõe mostrar as transformações pelo qual vem passando o mercado de trabalho desde a década de 70. inicialmente aborda-se o desemprego como uma consequência das inovações tecnológicas e da busca por melhor produtividade, tomando como referência a globalização e reestruturação

produtiva. Vêm-se alguns dos principais impactos, no tocante ao mercado de trabalho, mostrando a importância da qualificação profissional nas últimas décadas, e a flexibilização daquele mercado, como forma de acomodar e contribuir para aumentar a empregabilidade.

Estabelecer-se-á uma rápida explanação acerca do mercado de trabalho brasileiro, mostrando suas particularidades. A década de 70 foi marcada pelo milagre econômico, com alto crescimento, entretanto não significou que os trabalhadores auferissem os ganhos desse crescimento. Mostra também a estagnação por que passou a década de 80 e o processo de abertura econômica que na década de 90, aumentou a competição e reduziu o emprego industrial.

No segundo capítulo aborda-se acerca da importância dos pequenos negócios como forma de gerar ocupação e renda. Outro ponto tratado diz respeito ao papel que o setor informal, especialmente os microempreendimentos informais vem desempenhando. O apoio constitui-se um dos meios de alcançar as famílias mais pobres, contribuindo para o desenvolvimento econômico regional. Segundo Franklin Coelho, economista e professor da Universidade Federal Fluminense, o grau de informalidade chega a 30% do PIB. Muitas vezes, essas microempresas informais, se constituem na única fonte de renda de muitas famílias.

Finalmente mostra-se que o microcrédito vem cada vez mais ganhando espaço, como forma de governos e ONG's (Organizações não Governamentais) "ajudarem" os pequenos negócios, que dificilmente se desenvolveriam sem um impulso inicial.

Segundo Sérgio Moreira, diretor-presidente do Sebrae Nacional, há 9,5 milhões de empreendedores sem qualquer acesso ao crédito. Cálculos mostram que no Brasil, a relação crédito/PIB está em 28,5% contra uma média de 50% a 70% em países como a Coreia do Sul, Estados Unidos. Isso porque dificilmente os bancos teriam interesse em emprestar dinheiro a pessoas que não possuem garantias reais. Assim, um sistema eficaz de crédito popular é apontado como solução por muitos. (Sousa, 2002, p. 48-55)

O crédito abrange empreendimentos formais e informais, comércio, serviços etc. Muitos programas em todo mundo têm ganhado espaço como eficazes e eficientes na consecução de quatro objetivos seguintes: a – Aumentar as rendas e padrões de vida dos participantes do programa; b– Reduzir o subemprego e criar novos postos de trabalho; c – Alcançar um grande número de empresários pobres do setor informal; e d – Ser um programa financeiramente sustentável.

Mesmo que embrionariamente, este trabalho procura apontar o microcrédito como uma alternativa possível e viável para minorar o desemprego, melhorar as condições de vida de muitas famílias gerando ocupação e renda, através do acesso ao crédito, muitas vezes inviável em instituições bancárias, onde essas famílias dificilmente se integrariam, uma vez que o custo para elas é muito oneroso.

CAPÍTULO 1: CAUSAS E EFEITOS DO DESEMPREGO MUNDIAL E O CASO BRASILEIRO

1.1 Causas do Desemprego Mundial

O desemprego tem sido um problema enfrentado não somente por países subdesenvolvidos, mas também atinge países desenvolvidos. Segundo (Martins, 1996, p.10), o desemprego que aflige o mundo capitalista não tem caráter puramente cíclico, ligado a uma fase de queda no ciclo econômico, no qual é resolvido por um novo ciclo expansionista. Ele aponta o desemprego, que vem ocorrendo desde a década de 70, como estrutural, em virtude das enormes transformações ocorridas no âmbito da produção, através da racionalização nesse processo e introdução de novas tecnologias com atenção para automação microeletrônica. Estas atingem particularmente o mercado de trabalho, uma vez que são poupadoras de mão-de-obra. Como afirma Welmovicki *“mantidas as condições atuais, a cada novo ciclo recessivo o desemprego tende a ser proporcionalmente mais elevado do que em ciclos passados, confirmando ser uma questão fundamentalmente estrutural”*.¹ (Welmovicki, Além e Mota, 1994 p. 102)

No período do pós II guerra as economias, principalmente da Europa Ocidental estavam devastadas, os EUA, entretanto concedeu ajuda a esses países. Com o Plano Marshal pretendia-se garantir mercados consumidores europeus para os produtos industrializados norte-americanos. Os países da Europa e o Japão reconstruíram suas indústrias, adquiriram tecnologias, eliminando as diferenças entre as economias na globalização (Singer, 2000). Houve, portanto, uma tendência cada vez mais forte no comércio internacional e na globalização para a criação de mercados comuns entre grupos e nações. Estes mercados internacionais constituem uma das etapas da globalização, na interdependência crescente de todos os países.

¹ WELMOVICKI, Márcia, ALÉM, A. Cláudia Duarte e Motta, Maria Fátima S. Rosinha. A Dualidade no Mercado de Trabalho: Quantidade ou Qualidade na Geração de Empregos? *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, dezembro de 1994.

A economia capitalista começou um período de alto desempenho econômico, produtividade elevada e melhora nas condições de vida da classe trabalhadora, período que ficou conhecido como “os 30 anos de ouro” do capitalismo. Nesse período predominou o modo de produção fordismo / taylorista. O taylorismo consistia na separação entre trabalho de execução e concepção, existindo um controle sobre o tempo gasto em cada tarefa e racionalização do processo produtivo. O fordismo por sua vez eram métodos voltados para produção em massa. Produção em massa e consumo em massa, provocou a supremacia industrial dos EUA e se estendeu por todos os países desenvolvidos. A lógica do fordismo consistia na existência de consumidores para comprar toda a produção, para isso tornar-se-ia necessário um imenso mercado consumidor, logo seria necessário pagar bem os trabalhadores para que eles pudessem comprar, aumentando a produção e lucratividade. *“O contrato social fordista determinou que os trabalhadores participassem dos ganhos de produtividade. O processo era institucionalizado pelos mecanismos de regulação, que do ponto de vista do modelo garantia: a) uma inserção passiva, no que diz respeito as reivindicações por melhores condições de trabalho dos operários responsáveis pelo trabalho de repetição; b) um movimento de acumulação crescente e estável sem as ameaças de crises cíclicas, muito presente no capitalismo na fase anterior ao fordismo”*² (Michel e Ribeiro, 1997).

Na década de 70, entra em crise o fordismo, com quedas de produtividade e desemprego. Surge uma nova organização capitalista. O Japão foi um exemplo dessa organização, seguido por outros países desenvolvidos. Quedas de produtividade seriam resolvidas com a introdução de novas tecnologias através da substituição do trabalho humano por máquinas. Introduziu-se o sistema “just in time”, um método de produzir a partir das necessidades do consumidor, fabricava-se apenas o necessário e com grande controle de qualidade. Associados a isso se substituem as linhas de montagem por uma produção flexível. Isso com o apoio da informática e pelo uso de uma força de trabalho mais qualificada, contribuindo para redução da força de trabalho. Cada dia, menos trabalhadores são contratados e os que permanecem são mais qualificados e importantes para a nova produção flexível.

² MICHEL, Renault e RIBEIRO, Rosana. Considerações sobre a Determinação do Nível de Emprego em um Contexto de Reestruturação Produtiva e Globalização Financeira. Revista Arche Typon, Faculdade Cândido Mendes. Rio de Janeiro, Ano 5, nº 14, maio/agosto. 1997.

São significativas à reestruturação produtiva no interior das fábricas. O novo modelo de produção taylorista, iniciado no Japão acarreta ganhos de produtividade, ao mesmo tempo em que exige das empresas tecnologias mais modernas e enxutas, menos hierarquizadas e com menos empregados.

A terceira revolução industrial tem realmente ocasionado a concorrência internacional e levado as empresas a reduzir custos, com objetivo de obter preços menores e com melhor qualidade para seus produtos. Nessa reestruturação vários postos de trabalho estão sendo eliminados. Segundo (Rifkin,1996,p.149) milhares de trabalhadores estarão desempregados no século XXI. Segundo ele *“Entre 1973 e 1991, a produção na indústria de utilidades domésticas nos Estados Unidos aumentou a uma taxa anual de 0,5%. No mesmo período a produção por funcionários aumentou ma uma média de 2,7%. A exemplo de outras indústrias, os ganhos de produtividade poupadores de tempo e de mão-de-obra significam um declínio na taxa de emprego. Entre 1973 e 1991, o emprego caiu acentuadamente, de 196300 para 117100, e o Departamento de Estatísticas do Trabalho prevê que continuaram a cair por volta de 2005, apenas 93.500 trabalhadores, menos da metade do numero empregado em 1973 estarão produzindo o total de utilidades domésticas do País”*.

Outros autores argumentaram ser a progressiva automação de vários setores a causa do desemprego. Caixas automáticos tomam o lugar de caixas de bancos, estes podem ser automatizados, funcionando 24 horas ao dia e reduzir o número de trabalhadores. Fábricas robotizadas dispensam operários etc. Segundo (Silva e Silva, apud Leite, 1992,p.59-83) a automação causa desemprego. Acredita-se que trabalhadores de um setor da economia podem ser aproveitados em outro setor, exercendo novas funções. Entretanto, ele afirma que os outros setores também estão sendo automatizados e liberando trabalhadores.

Outro fator da nova reestruturação econômica ocorrida nas últimas décadas diz respeito as atividades terciárias (prestação de serviços), cujo principal objetivo está na redução de custos e aumento da produtividade. Para isso, atividades acessórias passam cada

vez mais a ser terceirizadas. As profundas inovações tecnológicas fazem crescer a necessidade de novos serviços especializados, que de um modo geral, não são incorporados ao processo produtivo. Segundo Singer (2000), as empresas preferem pagar pela prestação de serviço com a vantagem de baixo custo no trabalho, uma vez que ela não pagará por horas extras, caso se necessite delas, ou pelo trabalho morto (horas em que o trabalhador estiver parado).

Até pouco tempo, acreditava-se que o setor de serviços funcionaria como amortecedor do desemprego gerado nos outros ramos de atividades, em particular, o industrial. Entretanto, alguns autores apontam que aquele setor também vem sendo atingido pela automação, conseqüentemente não tem compensado o processo de desemprego no setor industrial.

Alguns autores apontam ainda como causa do desemprego, a globalização financeira, uma vez que tem reduzido os investimentos. O ataque especulativo possibilita que os investidores consigam altos lucros no curto prazo. Assim, a ausência de taxas fixas de câmbio inibe o investimento em atividades produtivas uma vez que os lucros são obtidos pela especulação sobre a variação cambial (Michel, 1996)

Segundo (Martins, 1996 p.7) a macro estrutura financeira movimenta recursos cerca de US\$ 10 trilhões. Enquanto o comércio mundial duplicou, o mercado financeiro conseguiu aumentar oito vezes e meia. O crescimento do fluxo de capital volátil (capital que pode ser facilmente resgatado) acarretou uma redução no nível de investimentos dos países industrializados nas últimas décadas. Esse processo inibe o crescimento nesses países, conseqüentemente eleva o desemprego, uma vez que as tecnologias são poupadoras de mão-de-obra. (Michel,1996)

O que se nota é que a globalização vem exigindo das empresas maior organização e inserção. Essa nova organização conseqüentemente vem eliminando diversos postos de trabalho e precarização das condições de trabalho, principalmente dos trabalhadores menos qualificados. (Arbache,2000) afirma, que a literatura existente, mostra nos países

desenvolvidos uma desigualdade de salários entre trabalhadores desqualificados e qualificados, e aumento do desemprego, particularmente de trabalhadores com baixa qualificação.

1.2 Efeitos da Reestruturação econômica no mercado de trabalho

As mudanças ocorridas nas últimas décadas têm provocado sérias transformações no mercado de trabalho. O que se observa é uma precarização nas relações e trabalho. Segundo (Singer, 2000) o resultado das novas tecnologias, da divisão internacional do trabalho estão produzindo postos de trabalho, em sua maioria, precários, que não oferecem aos trabalhadores as mesmas garantias que as leis e contratos coletivos vinham garantindo.

Verificam-se duas extremidades, de um lado, trabalhadores altamente qualificados, pois uma vez qualificados, as chances são maiores. Eles são treinados e trabalham nas partes principais do processo de trabalho. No outro, trabalhadores desqualificados, com baixos salários e sem a mínima possibilidade de ascensão. Nos EUA, trabalhadores com altos salários viam seus ganhos crescerem 4,4% em média, nos últimos 20 anos, ao passo que trabalhadores com baixos salários tiveram uma redução real de 10,3% nos seus ganhos. O salário dos 10% mais pobres caiu 1/3 desde 1970. (Welmovicki, 1994)

A teoria da segmentação do mercado de trabalho, feita nos EUA, no final dos anos 60 e início dos anos 70, confirma a dualidade do mercado. Segundo essa teoria, o mercado de trabalho está dividido em dois segmentos, o primário, no qual os trabalhadores são bem remunerados, possuem estabilidade, e o secundário, onde além dos baixos salários, o trabalhador não tem condições de crescimento profissional. Neste setor estão ocupações como: faxineiros, garçons, auxiliares de enfermagem, recepcionistas, guardas, datilógrafos, arquivistas, digitadores, entre outros. Na década de 70 eles eram assalariados, atualmente eles estão em processo de precarização, ou seja, transformam-se em autônomos, avulsos, trabalhadores em tempo parcial ou por tempo limitado (Singer, 2000).

Na Inglaterra, entre janeiro e setembro de 1993, os empregos em tempo parcial aumentaram em mais de 100 mil, enquanto, o número de empregos em tempo integral caiu em 40 mil (Welmovicki, 1994), constatando-se a intensa deteriorização nas relações de trabalho.

Torna-se, portanto, essencial para o trabalhador a requalificação profissional, para que ele possa desempenhar novo papel no processo produtivo. O novo perfil profissional, associado aos novos métodos organizacionais de produção, requer do trabalhador maior capacidade de abstração, novos conhecimentos práticos e teóricos e qualidades relacionadas à atenção e interesse pelo trabalho.

Com a terceira revolução industrial existe a necessidade de uma formação superior e a profissionalização das pessoas em cursos de nível médio, deixa de ser tão essencial. Provavelmente nos próximos anos mais da metade dos empregos oferecidos vão exigir formação superior. Cada vez mais atividades repetitivas são substituídas por máquinas e as tarefas que restam para os seres humanos exigem criatividade, capacidade de pesquisa etc. Nos EUA, por exemplo, o número de jovens que buscam as universidades está crescendo substancialmente. Em 1987, 7% terminaram o secundário, ao passo que em 1996 essa porcentagem era de 62% (Dupas 1996). Assim, todas as evidências levam a crer que o operário limitado, de gestos mecanizados, típicos do modelo taylorista / fordista, de organização da produção, deixa de ser essencial para os objetivos gerenciais da atualidade.

A flexibilização do mercado de trabalho trata-se de um processo desencadeado pela reestruturação econômica. Alguns autores sustentam que um mercado de trabalho desregulamentado pode proporcionar maior número de empregos, isso porque os custos com mão-de-obra são mais baixos, tornando o mercado menos rígido. Os trabalhadores estão dispostos a trabalhar por um salário real menor, entretanto, a rigidez do mercado de trabalho não permite uma redução nos salários. Assim, a expansão do emprego torna-se restrita em virtude do poder de barganha dos sindicatos e da regulamentação existente no mercado (Michel, 1996). Segundo o mesmo autor em países da Europa foram promovidas algumas

desregulações tais como: a subcontratação, maior flexibilidade dos contratos de trabalho, menor rigor na proibição do trabalho feminino, etc.

Não há dúvidas que a flexibilidade do mercado de trabalho tem acarretado uma redução na qualidade dos empregos.

Da mesma forma constata-se um crescimento do setor informal. Muitos trabalhadores que não conseguem se engajar no mercado formal de trabalho buscam outras formas de sobreviver que não aquelas ligadas ao trabalho assalariado. Aquele setor, entretanto caracteriza-se por condições, em geral, precárias.

Segundo o PREALC (estudos específicos da OIT para a América Latina) esse setor abrange as atividades de baixo nível de produtividade e as empresas são pequenas e pouco organizadas, além disso, os postos de trabalho dependem daqueles não absorvidos pelo setor formal (Cacciamali, 1983).

1.3 Características do mercado de trabalho brasileiro

Diante das muitas transformações ocorridas no mundo, o Brasil não se mostrou muito diferente. Ele tem acompanhado a maioria das mudanças, embora seu mercado de trabalho guarde características próprias.

A década de 70 foi marcada pelo “milagre econômico”, no qual o Brasil apresentou elevado crescimento econômico, com PIB em torno de 8% e 9%, também mostrou taxas de inflação moderada (para padrões brasileiros). Contudo, ao lado de satisfatórios índices de produto, mostrou também elevada concentração de renda e arrocho salarial, ou seja, a maioria dos trabalhadores não usufruiu de aumento nos salários. Apesar dos empregos mais qualificados terem auferido aumentos salariais acima da média dos trabalhadores, esse ganho não se estendeu aos de baixa renda, ocorrendo uma queda no poder aquisitivo dessa classe. *“Qualquer que seja o indicador escolhido, no período de 1967 a 1973 ocorreu uma*

*queda ou estagnação do salário mínimo real apesar do forte crescimento da economia e da produtividade do trabalho”*³ (Lago apud abreu, 1990, p.286).

No tocante a concentração de renda, beneficiou-se apenas pequena parte da população, assim a participação na renda dos 5% mais ricos da população passou de 28,3% em 1960 para 34,1% em 1970, de outro lado, os 50% mais pobres, que recebiam 17,4% do total passaram em 1970 auferir apenas 14,9% e 11,3% em 1972 (Lago apud abreu 1990, p.290).

A década de 80 foi marcada por graves problemas, entre eles um baixo nível de crescimento e acelerada inflação. O governo tem a incumbência de combater os elevados níveis de inflação. Entretanto, a situação da época não era favorável, passou-se toda década de 80, pagando os serviços da dívida externa. O Brasil precisava financiar seu déficit e o fez através de endividamento interno (Ciranda Financeira) no qual juros elevados levaram os investimentos ao setor financeiro, reduzindo os recursos do setor produtivo.

A recessão afetou negativamente o mercado de trabalho. Vários empregos foram eliminados, atingindo particularmente a indústria de transformação e a construção civil. O setor terciário, entretanto, manteve o nível de produto em 1983. Houve um crescimento nos setores de comércio e serviços. Verificou-se também no período de 80 e 83, altas taxas de desemprego aberto e subutilização da força de trabalho (Cacciamali, 1988).

Houve também um aumento no setor informal da economia. Conforme (Cacciamali 1998) o aumento do setor informal não pode ser visto apenas como um fator de precarização do mercado de trabalho, diante de uma crise econômica, ele pode servir como meio de sobrevivência. Não querendo dizer com isso, que a informalidade não seja um indicador de fraqueza do mercado e das instituições sociais do país.

³ ABREU, Marcelo dePaiva et al. **A Ordem do Progresso. Cem Anos de Política Econômicas Republicanas. 1889 – 1989.** Campus, 1990.

Na década de 90, acentuou-se o declínio daquele modelo de desenvolvimento que perdurava a várias décadas, ou seja, decisões políticas apostavam na ampliação do parque industrial brasileiro priorizavam então, a substituição de importações. Assim, com o fim de promover o desenvolvimento adotaram-se políticas de controle de importações, cambial etc. Contudo no longo prazo, esse desenvolvimento mostrou sinais de decadência provocando queda de investimentos e acelerada inflação (Arbache, 2000).

Uma das medidas foi a abertura comercial, esta forma provocou uma redução nos lucros, uma vez que a acirrada competição não foi suportada. Dessa forma a importação de bens intermediários e finais levaram a um reduzido emprego industrial.

As experiências mostram que o aumento da competição alterou a gestão das empresas. Assim, houve uma grande propagação de métodos de economia de tempo e materiais, métodos de organização do trabalho, controle de qualidade e adoção de novas tecnologias, isso trazendo aumento da produtividade (Salim, Sabaia e, Carvalho apud Arbache 2000).

Isso trouxe conseqüências para o mercado de trabalho já marcado por altas taxas de rotatividade. A taxa de desemprego aberto elevou-se ao longo da década. Na segunda metade dos anos 80, essa taxa situava-se entre 3 e 4% ao passo que entre 1990 e 1995 a taxa média passou de 5%, e a partir de então apresenta tendência crescente. (Arbache, 2000).

Constata-se nesse período uma intensa precarização no mercado de trabalho brasileiro. Esse fato é atribuído a inserção dos trabalhadores no setor informal, eles estão sujeitos a qualquer trabalho para não ficar fora do mercado de trabalho. Vê-se também, uma alta rotatividade dos trabalhadores, gerando além de postos de má qualidade, trabalhadores sem nenhuma especialização. Observa-se que 40% dos trabalhadores brasileiros são despedidos ou trocam de emprego em apenas um ano de trabalho, mostrando a alta rotatividade (Cardoso, 2001).

Outra transformação corresponde ao crescimento do setor informal. Segundo (Arbache 2000) a participação do setor informal foi de 20% entre 1990 e 1996. Assim, há uma redução do nível de trabalhadores com carteira assinada e um elevado crescimento dos trabalhadores por conta própria, autônomos e sem carteira assinada.

Cardoso mostra que durante as recessões (81/83) e (90/92) o emprego com registro em carteira reduziu-se consideravelmente, entretanto, em períodos de expansão o emprego se comportou de maneira diferente em ambos os casos, ou seja, a recuperação em meados da década de 90, não foi capaz de trazer de volta o mesmo percentual de empregos com carteira que existia no início da crise.

Quanto ao emprego sem carteira assinada tem-se a seguinte situação: em tempos de recessão e recuperação ela respectivamente aumenta e diminui. Percebe-se a inelasticidade diante das taxas positivas do produto, nos anos 90, onde se esperaria que, com o crescimento do produto, um aumento do emprego formal e redução do informal. *“Nos anos 90, o emprego com carteira não sobe como deveria, nem tampouco cai como se esperaria, o emprego sem carteira assinada”*⁴ (Cardoso, 2001, p.23).

Cardoso mostra ainda, a divisão do mercado de trabalho em dois segmentos de trabalhadores, de um lado estariam os estruturados, aquele com carteira assinada, de outro chamado *“núcleo pouco estruturado”*, incluindo-se os autônomos, sem registro em carteira. Ele mostrou que o núcleo pouco estruturado apresentou um aumento independente de crises e crescimento do produto. No tocante ao *“núcleo estruturado”*, há uma rigidez, ou seja, desde 1992 sua participação na ocupação total arrefeceu-se em 41%.

Diante do exposto, conclui-se que nos anos 80, ao passo que se tinha um nível de atividade crescente, via-se uma inserção rápida dos trabalhadores. Hoje o emprego se apresenta de forma diferente, a inserção brasileira na economia mundial, a reestruturação nos

⁴ CARDOSO JR., José Celso. Crise e Desregulação do Trabalho no Brasil. TEXTO PARA DISCUSSÃO n° 814. Brasília, Agosto, 2001.

processos de produção e mudanças está provocando um maior desemprego, pois as possibilidades de absorção dos trabalhadores são menores.

Assim, o que vem ocorrendo, de um lado seria um aumento de poucos trabalhadores qualificados e bem remunerados, de outro, um grande contingente de trabalhadores com empregos instáveis e mal remunerados.

2. MICROEMPREENHIMENTOS E O SETOR INFORMAL: CONCEITOS E ALGUMAS ABORDAGENS

Os microemprendimentos aqui estudados correspondem principalmente àquelas unidades produtivas; pequenos trabalhadores autônomos que participam do setor informal da economia, por vários motivos: falta de incentivos governamentais; restrito acesso ao crédito, etc.

O atual desenvolvimento brasileiro, requer das grandes empresas eficiência e menores custos. Para isso, elas estão flexibilizando a produção e reduzindo o número de empregos. Acredita-se que, uma alternativa para o crescente desemprego está no incentivo às microempresas, sejam formais ou informais.

Dados apontam as microempresas e pequenas como grandes absorvedoras de mão-de-obra. Em 1990, quase metade do total do trabalho brasileiro situava-se em estabelecimentos de até 5 empregados. (Vale, 1996).

A grande parte dos empregos gerados pelas empresas são informais, assim como as microempresas. Em pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) com base em 101 empresas informais, perguntou-se se os microempresários estariam determinados a legalizar seu negócio. Do total, 39,58% responderam que a legalização não significa vantagem ou necessidade; para 34,38% os altos impostos e taxas não a tornariam interessante; 10% responderam que ela traria encarecimento das atividades em função dos encargos sociais sobre os salários; 32,29% disseram que o faturamento seria muito baixo e 11,46% mencionaram o excesso de burocracia. Os dados confirmam que o excesso de burocracia e as altas taxas e impostos levam muitos pelo caminho da informalidade, comprovando a necessidade de incentivos fiscais e creditícios às microempresas, como forma de gerar empregos formais e de qualidade. (Galvão, 1997)

2.1 O SETOR INFORMAL NO BRASIL

Nos anos 90 cresce, de forma substancial, a participação do trabalho informal no total de empregados no Brasil, a busca desse setor decorre, em parte, da redução dos empregados formais. Hoje o setor informal representa grande parte da população economicamente ativa.

De acordo com o (IBGE,1997) o setor informal contribuiu em 8% do PIB (Produto Interno Bruto) – do total de bens e serviços produzidos no país em 1997. O número de brasileiros que participam desse setor, corresponde a 25% da população ocupada no país, 12,87 milhões de pessoas. No Nordeste, esse percentual corresponde a 27% da população ocupada. No Ceará e Fortaleza, o percentual foi de 13 e 25% respectivamente.

Segundo (Singer,2000) entre 1981 1985 foram criados 431.700 desses empregos, dos quais 36,74% em prestação de serviços, 14,11% na indústria de transformação e 12% no comércio.

No atual quadro econômico em que se encontra a economia brasileira, o setor informal desempenha papel importante na medida em que o desemprego surge como fenômeno crescente, em virtude das transformações tecnológicas etc. Nesse sentido o setor informal tende a abandonar seu papel de setor marginal para tornar-se absorvedor de mão-de-obra pelo fato de necessitar de baixos investimentos para se tornar viável.

Assim, torna-se importante que os governos ampliem o apoio a esse segmento, com políticas que lhes dêem condições para se organizar e se firmar na economia. A assistência creditícia pode ser citada como arma poderosa na ajuda a muitos microempreendimentos informais.

2.1.1 SETOR INFORMAL: ASPECTOS CONCEITUAIS

É difícil conceituar o setor informal de forma precisa, uma vez que são inúmeras as atividades que ele abrange, contribuindo para que diversas formas de ocupação sejam enquadradas nesse setor. Contudo de acordo com as indicações da 15ª Conferência de Estatísticas do Trabalho promovida pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, em janeiro de 1993 (IBGE 1997, p. 16) considera-se que:

- Para delimitar o âmbito do setor informal o ponto de partida é a unidade econômica (unidade de produção, e não o trabalhador individual ou a ocupação por ele exercida);
- Fazem parte do setor informal as unidades econômicas não agrícolas que produzem bens e serviços com o principal objetivo de gerar renda para as pessoas envolvidas, sendo excluídas aquelas unidades engajadas apenas na produção de bens e serviços para auto consumo;
- As unidades do setor informal caracterizam-se pela produção em pequena escala, baixo nível de organização e pela quase inexistência de separação entre capital e trabalho, enquanto fatores de produção;
- Embora útil para propósitos analítico, a ausência de registros não serve de critério para a definição do informal, na medida em que o substrato da informalidade se refere ao modo de organização e funcionamento da unidade econômica e não seu status legal ou às relações que mantém com as autoridades públicas. Havendo vários tipos de registros, esse critério não apresenta uma clara base conceitual; não se presta a comparações históricas e internacionais; e pode levantar resistência junto aos informantes;
- A definição de uma unidade econômica com informal não depende do local onde é desenvolvida a atividade produtiva, da utilização de ativos fixos, de duração das atividades das empresas (permanente, sazonal) e do fato de tratar-se da atividade principal ou secundário do proprietário da empresa.

Resultados da pesquisa feita pelo (IBGE, 1997) indicam de forma geral que os integrantes do setor informal, foram levados a ele pela dificuldade de encontrar emprego. Contudo 62% já estavam nesse setor há mais de três anos e gostariam de expandir a atividade. Indica ainda, que a maior parte das empresas do setor informal (93%) são lucrativas, logo o que fez essas pessoas a continuar no setor foi o rendimento.

2.1.2 ALGUMAS ABORDAGENS SEGUNDO ALGUNS AUTORES

De acordo com (Cacciamali,1983,p.17) “um marco importante para a delimitação teórica – definição e natureza do setor informal e suas relações com o conjunto da economia está situado no relatório da OIT sobre emprego e renda em Quênia”. Esse relatório é adotado como marco para discussão do conceito setor informal por apresentar com maior precisão as condições que caracterizam as atividades e os trabalhos informais.

Inicialmente o setor informal foi delimitado pela ótica da produção, em que a forma como as pessoas se organizavam na produção e sua posição em relação ao total de atividades produtivas era o divisor do que considerar informal. Os estabelecimentos informais eram caracterizados por apresentarem uma organização da produção com pouco capital, com utilização de técnicas poucos avançadas e com pequeno número de trabalhadores remunerados e ou membros da família. Além disso, os estabelecimentos não eram alvo de políticas governamentais e atuavam mercados competitivos com muitas dificuldades para obtenção de crédito.

Já os estudos realizados pelo PREALC (Programa Regional de Empregos Para América Latina e Caribe) (Cacciamali: 1983, p. 21), afirmam que o setor informal teve origem no próprio desenvolvimento capitalista, estes não oferecem empregos suficientes, restando aos trabalhadores a inserção em outras formas de atividades que lhes garantam a sobrevivência. Afirmam ainda que o setor informal apresenta escassez tecnológica e pouco capital onde não há distinção entre os proprietários do trabalho e capital.

Assim de acordo com essa corrente, as atividades informais são organizadas em empresas muito pequenas e caracterizam-se por apresentarem:

- Fácil entrada de nova “empresa”;
- Utilização de recursos locais;

- Organização familiar das empresas;
- Pequena escala de produção;
- Uso intensivo de mão-de-obra;
- Qualificação dos ocupados nessa atividade obtida fora do sistema escolar “formal”;
- Mercados competitivos.

Uma outra abordagem afirma ser o setor informal composto por trabalhadores por conta própria, trabalho familiar voltado para unidades de produção de produção com poucos trabalhadores (ajudantes). De acordo com Gerry, citado por (Cacciamali,1983) há uma dependência entre os dois setores (formal e informal), o segundo ocupa posição subordinada em relação ao primeiro. Assim o pequeno produtor tem vínculos com a grande indústria, comércio, existindo desigualdades, uma vez que essa dependência é favorável à hegemonia capitalista.

Ainda no tocante á visão que propõe à subordinação do setor informal ao formal, sustenta-se que (Tokman Apud Araújo e Sousa, 1983).

- Que as relações de subordinação ocorrem no mercado de produtos e nos preços;
- As atividades informais pagam preços relativamente altos, pois só se abastecem com compras em volumes não muito expressivos e não terem acesso a recursos creditícios que lhes permitam maior capacidade de abastecimento.
- Os preços que as unidades produtivas recebem por seus produtos, especialmente serviços, são relativamente mais baixos, face à natureza dos mercados que estão inscritos.

Segundo abordagem feita por Sousa (Azevedo 1985, p. 44) o setor informal, surge pela elevada industrialização intensivas em capital, onde a mão-de-obra não imersa no setor formal, e daí buscam outros empregos. Nessa visão, há diversas atividades que compõe as formas de organização não capitalista. No primeiro grupo, estão inseridos formas de organização mercantil simples, sem assalariamento quais sejam:

- As empresas familiares e autônomos; concentradas no comércio na pequena indústria, com dificuldade de acesso por necessitarem equipamentos e instalações e pela reserva de mercado que possuem em função das relações pessoais e políticas de clientes;
- Os trabalhadores por conta própria subordinados a um só capital. Nesse setor, o grau de facilidade de entrada é melhor que na atividade anterior;
- Os pequenos vendedores de serviços. Esta atividade possui maior facilidade de entrada, tornando a renda média, fator de ajuste entre o espaço econômico disponível e o número de indivíduos ocupados;

O outro grupo de atividades utilizam mão-de-obra assalariada (traço capitalista) e o proprietário participa diretamente do processo produtivo (traço não capitalista). Essas empresas funcionam voltadas especificamente para o lucro, mas o fator que os impulsiona é o rendimento total. A inserção dessas empresas no mercado é intersticial, não competindo com outras empresas capitalistas.

3. MICROCRÉDITO E SUA IMPORTÂNCIA PARA OS PEQUENOS NEGÓCIOS

O microcrédito trata de um programa de empréstimos à população carente que não consegue desenvolver suas potencialidades, visto que em economias capitalistas os pequenos não conseguem se sobressair em virtude de inúmeros fatores, entre eles a concorrência existente, no qual o grande capital sempre se desenvolve, dado o acesso a novas tecnologias etc.

Esse programa tem sido implementado em vários países, como meio de reduzir as desigualdades sociais, tendo sido iniciado pelo Gramen Bank de Bangladesh em 1974, onde o professor Muhammad Yunus liberou muitas famílias da exploração de agiotas locais, ao conceder a elas empréstimos pequenos, operando hoje em 37 mil localidades.

Nos últimos 20 anos, foram concedidos US\$ 1 bilhão de empréstimos, sendo que 97% desses financiamentos foram quitados (Silva e Olivo apud Siqueira, 1999)

O professor Yunus fundador do Banco do Povo em Bangladesh partiu do princípio de que a população pobre teria condições de gerar renda, a partir do acesso ao crédito de pequenos valores. Essa experiência mostra o microcrédito como um programa sustentável uma vez que Bangladesh trata-se de um país de extrema pobreza, com renda per capita em torno de US\$ 200,00 e mais de 85% da população trabalhando na área rural.

Singer mostra que economia solidária pode ser vista como um fator importante na geração de renda. Ele mostra que uma das principais barreiras encontradas constitui-se no isolamento. Afirma ainda que “É impossível e necessário encontrar formas de quebrar o isolamento da pequena e microempresa e oferecê-las possibilidades de êxito. O nome genérico que damos a essa nova forma de organização econômica é economia solidária”. (Singer 2000 pag. 132)

O microcrédito tem sido uma alternativa para o desemprego, através da criação de pequenos negócios à população menos favorecida. Em documento chamado *Give us Credit* divulgado em fevereiro de 1997, a UNICEF mostra como o acesso ao crédito pode proporcionar e captar renda, mostrando assim, a necessidade de crédito. Consta-se ainda o compartilhamento dos riscos. O grupo beneficiado quita os financiamentos em época certa, para que posteriormente possam renová-lo. Assim, os beneficiados criam senso de responsabilidade, pois para concessão de novo empréstimo é necessário a não inadimplência (Silva e Oliva apud Siqueira, 1999).

Em todo mundo as experiências com microcrédito vêm sendo realizadas com sucesso. No Nepal crédito e serviços sociais estão sendo combinados. No Vietnã, os programas são administrados pelas ONG's (Organizações não Governamentais). No Camboja, desde 1988 o programa de microcrédito está funcionando com fundos produzidos pelas ONG's. No Egito, 95% dos financiamentos estão sendo quitados, sendo o programa desenvolvido numa cooperação do Governo, ONG's e UNICEF. Na Índia, o programa é sustentado pelo Development of Women and Children in Rural Areas e operado pelo Governo. Além dos países citados muitos outros estão adotando o microcrédito como estratégia de fortalecimento das populações de baixa renda entre eles Brasil, Colômbia, Bolívia, Guatemala, Quênia e Peru. (Silva e Oliva apud Siqueira, 1999)

Segundo o IBGE, em 1995, os pequenos empreendimentos correspondiam cerca de 75% dos estabelecimentos existentes no país, a maioria na informalidade, que hoje corresponde a 55% dos 68 milhões de trabalhadores brasileiros. Estima-se que 25% da população economicamente ativa (1,2,5 milhões de brasileiros) têm como fonte de renda o pequeno negócio (microempreendimento).

Em pesquisa feita pelo Banco do Nordeste, muitos entrevistados confirmaram o interesse por algum tipo de financiamento. Perguntou-se a ocasião se “Estariam interessados em alguma entidade que emprestaria dinheiro à taxas de bancos comerciais”, 77,91% de São Luiz e 84,01% de Recife responderam afirmativamente (Rosa 1998). É importante ressaltar

que não somente o apoio creditício, atrelados a esse fator, o treinamento e capacitação constituem-se de sua importância.

No Brasil as experiências vêm crescendo a cada dia, mostrando sua eficácia e potencialidade, apesar de alguns programas não terem desenvolvido totalmente suas potencialidades. Pode-se destacar, no Brasil, inúmeros programas, entre eles o Crediamigo do Banco do Nordeste, Caixa do Povo (Fortaleza), o Porto do Sol (RS), CEAPE (Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos), que serão abordados posteriormente. ,

3.1 CARACTERÍSTICAS DO MICROCRÉDITO

As experiências em programas de Microcrédito, abrange os empreendimentos formais e visíveis ou informais e invisíveis, setor de serviços, comércio. Todas são formas dos trabalhadores proporcionarem empregos e promover o auto emprego. O setor informal desempenha papel importante, uma vez que, são inúmeros os programas que oferecem oportunidades para esse setor, como forma de promover o crescimento dos mesmos, até o ponto em que eles possam se formalizar. O comércio constitui-se de outro setor importante, pois alguns financiamentos se encaixam em suas características que são necessidade de capital de giro, com curtos prazos de amortizações.

Um fator comum a maioria dos microcréditos existentes diz respeito a tecnologia creditícia, esta consiste na concessão de pequenos empréstimos, que serão renovados e acrescidos de acordo com a pontualidade, ou seja, a cada empréstimo quitado, o beneficiado pode requerer maiores valores. O objetivo consiste em formar “grupos solidários”. Esses grupos são formados em geral por cinco pessoas, no qual, cada uma é responsável pela dívida e devem pagá-la conjuntamente, a inadimplência de uma prejudica todo o grupo. A exigência de garantias reais e a burocracia inexistem, prevalecendo o aval solidário.

Uma outra norma fundamental, refere-se à existência de uma relação personalizada entre o agente de crédito e cliente. Cada programa possui características

individuais. Esses agentes estão habilitados a exercer funções que consistem em divulgar o programa na comunidade, explicar os objetivos do mesmo, identificar novas oportunidades de empreendedorismos, acompanhamento dos beneficiados, cobrança etc.

Em geral, uma exigência básica para liberação de empréstimos é que os microempreendimentos estejam em funcionamento no mínimo de seis meses na área vinculada ao plano de negócios. Isso porque, financiar a criação de novos empreendimentos requer recursos mais elevados, além de maior risco.

Os juros cobrados são compatíveis com os empréstimos praticados pelo mercado financeiro. Apesar das garantias serem subjetivas, ou seja, baseiam-se na confiança e na solidariedade dos grupos, há mecanismo de cobrança e penalização dos inadimplentes podendo o cliente ser excluído da concessão de financiamento.

Os muitos programas mostram a eficácia dos financiamentos, no sentido de democratizar o acesso aos créditos, permitindo a incorporação de segmentos de baixa renda, excluídos dos esquemas convencionais de financiamento, com segurança para as instituições. Contudo, essas instituições trabalham com reduzidos valores de créditos e prazos curtos de amortizações, em virtude da baixa liquidez.

Constata-se que um dos objetivos dos programas de microcrédito corresponde à auto-sustentação financeira. Para isso, são necessários recursos iniciais, através de doações e subsídios, que nos primeiros anos de operação são essenciais. Contudo, conforme visto no artigo *Wall Street Journal*, instituições com cinco anos de existência, podem atingir níveis de eficiência, que os permita não mais requerer crédito insidioso. Caso particular do Banco Solidário na Bolívia, esta instituição opera há cinco anos, concedendo empréstimos a comerciantes e artesões, praticando taxa de juros de mercado. É importante ressaltar que dez instituições financeiras na Bolívia, que recebiam auxílio de organizações norte-americanas, decidiram não mais requerer crédito subsidiário, adotando como exemplo o Banco Sol na Bolívia. (Silva e Oliva apud Siqueira, 1999 p.42).

As experiências internacionais e nacionais têm demonstrado que os programas de crédito constituem instrumento eficaz no combate ao desemprego. Nota-se a viabilidade desses programas. O Brasil apresenta-se favorável à expansão das instituições já existentes bem como a criação de novas instituições. Contudo, ainda é necessário promover capacitação das instituições, promovedoras de crédito, dos agentes de crédito e do público-alvo de programas de crédito popular.

A seguir serão apresentadas algumas experiências de microcrédito no Brasil.

3.2 REDE CEAPE (CENTRO DE APOIO AO PEQUENO EMPREENDIMENTO)

A partir de 1987, com a criação do CEAPE/RS, em Porto Alegre, começou a se construir no Brasil uma rede de organizações com as características do microcrédito. No Brasil, o CEAPES/RS foi a primeira entidade a utilizar a metodologia do microcrédito (com as características hoje conhecidas) e o conceito de grupo solidário. Os resultados positivos dessa experiência motivaram os organismos promotores à época a Accion Internacional e o Unicef, a reapplicarem o programa em outros estados, com prioridade para o Nordeste. Logo, surgiram os CEAPE's do MA (1989), RC (1989), SE e PE (1992), Distrito Federal (1998), São Paulo (1993), Paraíba (1994), Goiás (1994), Bahia (1995), Pará (1995), Piauí (1997), Espírito Santo (1997).

Em 1990, criou-se a FENAPE (Federação Nacional de Apoio ao Pequeno Empreendimento), isso porque o programa se expandiu, exigindo capacitação permanente de Recursos Humanos, coordenação das atividades e mobilização de apoios financeiros e institucionais.

A precondition dos CEAPE's (Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos) consiste em atender a uma necessidade básica dos clientes em potencial. Há uma grande

demanda por crédito nesse setor e o principal aspecto a ser contemplado é o acesso oportuno e ágil ao crédito. Atendida essa condição, o segredo do êxito está no uso da tecnologia de crédito orientado, que reúne uma série de condições que, sem seu conjunto, resulta num produto adequado às condições econômicas, gerenciais e culturais dos clientes.

A primeira condição a ser resolvida é a institucional, tornando-se necessário uma organização especializada no atendimento aos clientes, que funcione de maneira desburocratizada, mas, ao mesmo tempo, com elevado padrão gerencial e técnico e devidamente apropriado ao nível desse setor da economia.

São pontos essenciais, uma visão estratégica de longo prazo, que incorpore uma ampla penetração no mercado atendendo a milhões de clientes, e a presença nas comunidades onde esses clientes vivem e trabalham. O pequeno empreendedor não pode dispor de tempo e recursos para negociar financiamento para o seu negócio. Por isso, a organização deve reduzir os custos de transação do financiamento ao pequeno empreendedor. Para ele, esse custo pesa mais do que o custo financeiro.

O pequeno empreendedor paga juros extra bancários (agiotas e fornecedores). Os que não se utilizam desse recurso limitam seu crescimento por falta de capital. Assim ao pagar juros de mercado, o pequeno empreendedor tem significativo benefício financeiro.

Para o CEAPE é essencial cobrar juros que lhe permita, num curto prazo de até três anos, atingir auto sustentação. É o que vai garantir a continuidade e ampliação do programa no atendimento a novos clientes. E, só um atendimento em massa, produzirá impacto econômico social, gerando trabalho e renda, melhorando as condições de vida das pessoas participantes.

Para que os juros garantam auto sustentação é necessário que cubra gastos operacionais, custo financeiro e reserva para perdas.

Algo de importância fundamental no conceito dos CEAPE's são os Recursos Humanos. Eles devem apresentar um elevado compromisso social com a população, ter clara compreensão da importância dos pequenos empreendedores para o país e estarem interessados na aquisição de novos conhecimentos para adquirirem um excelente nível técnico. Os gestores e técnicos dessas instituições são profissionais jovens, com curso superior. Participam de um programa de capacitação, coordenada pela FENAPE, nas áreas de gestão e metodológica.

Além dos aspectos institucionais e de Recursos Humanos, surge a questão metodológica. Nesse sentido, o CEAPES (Centros de Apoio aos Pequenos Empreendimentos) apresenta a fiança Solidária, que consiste na reunião de três a cinco pessoas com pequenos negócios e precisem de crédito, e que, ao mesmo tempo, sejam amigos, vizinhos e confiam uma nas outras, para formarem um grupo solidário com o objetivo de assumirem a responsabilidade de crédito de todos através do aval solidário.

Esse processo é auto-suficiente. As pessoas buscam, naturalmente, o bom pagador, pois sabem que o não pagamento de um, faz com que todos respondam pelo crédito.

Para aqueles que não querem participar da fiança solidária há outra possibilidade, a apresentação de um avalista que preencha condições acessíveis ao pequeno empreendedor.

Mesmo que apoiando, a viabilidade desses mecanismos, é necessário afirmar que a garantia essencial do crédito está no caráter das pessoas com as quais se está trabalhando, no fato de serem empreendedoras, ou seja, exercerem pequena atividade econômica, contudo viável economicamente e da avaliação que fazem do inestimável valor em ter acesso a uma linha de crédito permanente que responde às necessidades de crescimento de sua atividade econômica.

Outro passo é abrir uma linha de crédito ao pequeno empreendedor durante o tempo em que ele necessitar, sempre e quando pague bem sua dívida. Os créditos são de curto prazo, até 180 dias para capital de giro renovável, quase sempre com volumes crescentes.

Esse é um elemento básico para educar o cliente no bom uso do crédito e um incentivo para o pagamento em dia. Ele sabe que ao pagar o crédito, poderá renovar em valor maior, dispondo, assim, de recursos para incrementar seu capital de giro.

Outro fator importante é a adequada visão de prestação de serviço da parte do Técnico em Crédito junto ao cliente para que se estabeleça uma relação de confiança, fundamental para o real conhecimento do negócio, o acompanhamento do crédito e a produtividade do seu trabalho.

A “política de crédito” é explicitada, detalhada passo a passo e executada com rigor. O CEAPES parte do princípio de que estão tratando com pessoas responsáveis, capazes de assumir compromissos e honrá-los. Um atraso de 24 horas motiva um contato do técnico com o seu cliente para saber o que aconteceu. As dificuldades reais, são tratadas com tolerância e resolvidas caso a caso, podendo o crédito ser renegociado. Entretanto, em nenhum caso se deixará de empreender esforços, inclusive ações legais para a plena recuperação do crédito.

▪ **Objetivo do CEAPE**

Um dos principais obstáculos ao não crescimento dos Pequenos Empreendimentos é o Pequeno Capital de que dispõe e não acesso ao crédito. Portanto, o programa dos CEAPE's criam possibilidades aos microempreendimentos e tem por objetivos principais:

- Melhorar o nível de renda dos pequenos empreendedores;
- Fortalecer os pequenos empreendimentos;
- Contribuir para a diminuição da evasão escolar e permanência de crianças e adolescentes da escola;
- Contribuir para o exercício da cidadania;
- Criar novos postos de trabalho e fortalecer os existentes;

- Possibilitar condições para a valorização e o reconhecimento do papel da mulher que trabalha por conta própria, no seu contexto social, econômico e cultural;

- **Metodologia do programa**

Para fornecer financiamento a seus clientes, o sistema CEAPE utiliza a metodologia do crédito orientado que são as seguintes:

- O Ceape oferece crédito para trabalhadores no âmbito nacional, especialmente o Nordeste. São pequenos empreendedores, trabalhadores por conta própria, desenvolvendo formal ou informalmente atividades nas áreas de produção, serviços e comércio.
- O programa fornece crédito para capital de giro de curto prazo, através de crédito individual, com apresentação de um avalista, e o de grupo solidário de três a cinco pessoas no máximo.
- Os créditos têm prazos de 180 dias, renováveis em valores crescentes.
- Os juros são de mercado.

- **Vantagens para o cliente**

Os clientes do CEAPE são formados principalmente por trabalhadores por conta própria, pequenos empreendedores. Necessitam, portanto, serem apoiados para ampliar seu capital. Com base nisso o CEAPE oferece crédito a esse segmento para desenvolver suas atividades, cujas vantagens são:

- Não é necessário ter empresa registrada;
- O cliente pode apresentar um avalista, ou simplesmente, reunir-se a outros pequenos empreendedores;
- O crédito é disponibilizado em poucos dias;

- O crédito é renovável logo após. No CEAPE, o cliente tem uma linha de crédito permanente, garantindo tranquilidade e segurança para o desenvolvimento do empreendimento.
- À medida que a empresa cresce, os valores das renovações de crédito também crescem, adaptando-se às novas necessidades do cliente.
- Durante a vigência do crédito, o CEAPE oferece orientações gerenciais para auxiliar o desenvolvimento de sua atividade nos âmbitos gerencial e organizacional.

▪ **Principais resultados do CEAPE (período: 1995 – 1998)**

Indicadores	1995	1996	1997	1998
Pequenos empreendimentos apoiados	3.211	6.116	9.042	12.398
Valor dos créditos concedidos	R\$ 9.449.038	18.007.655	25.315.950	34.481.557
Nº total de créditos concedidos	R\$ 9.068	17.677	30.746	44.105
Valor médio dos créditos	1.042	1.019	823	782
Nº de empregos criados e/ou fortalecidos	5.074	11.834	16.414	21.313
Nº de pessoas diretamente beneficiadas	12.291	23.943	34.232	40.284

Fonte: CEAPE

3.3 PORTOSOL (RS)

O Portosol trata-se de um programa de créditos, voltados especificamente para pequenos negócios, buscando promover a geração de emprego e melhor distribuição de renda. Foi criada em 1996 em parceria com o governo estadual e pela Federação das Associações Comerciais do Estado (sociedade civil) e pela Associação dos Jovens Empresários de Porto Alegre.

Essa agência de créditos rurais em Porto Alegre, com base em estudos que visavam a criação de um Banco Municipal, quando a cidade tinha 12% da população economicamente ativa desempregada. A configuração da Instituição Comunitária de Crédito Portosol se completou com a ajuda de consultoria externa, através da GTZ (sociedade alemã de Cooperação Técnica).

O objetivo do Portosol consiste em facilitar a criação, o crescimento e a consolidação de pequenos empreendimentos, formais e informais, associados ou não, dirigidos por pessoas de baixa renda, prioritariamente mulheres, a fim de fomentar o desenvolvimento sócio-econômico do município. A Portosol trabalha com alguns pressupostos operacionais que são:

- Ter caráter não assistencialista;
- Ser auto-suficiente, ou seja, manter-se com o giro de recursos próprios;
- Operar com simplicidade, tanto no tocante à burocracia envolvida como o local físico das operações;
- Adotar uma forma de operação ativa, não esperando o cliente, mas pelo contrário, procurando através de agentes volantes de crédito;

Os recursos financeiros de programa destinados a assegurar seu funcionamento vieram de doações (GTZ e IAE – Inter-American Foundation) e da Prefeitura Municipal e Governo Estadual.

A necessidade de auto-suficiência também levou a Portosol a ter um sistema de cobrança de máxima eficiência, reduzindo a inadimplência a um mínimo, sem comprometer os objetivos de simplicidade. Estuda-se a viabilidade de cada cliente, caso a caso e, na falta de garantias reais, aceita-se uma garantia solidária (as pessoas se organizam em grupos de três a cinco indivíduos e assumem coletivamente o empréstimo).

*** Características Operacionais**

A Portosol apresenta as seguintes características operacionais:

- O modo de produção é simples, objetivo e sem assistencialismo, caracterizando-se pelo empréstimo seguido de cobrança.

- As prestações são fixas e não há descontos antecipados ou taxa de abertura de crédito. O valor e a data das parcelas são negociados com o cliente, obedecendo a sazonalidade e às peculiaridades de cada negócio.
- Inicialmente os valores são pequenos e os prazos são curtos, mas que, pela pontualidade nos pagamentos e crescimento de sua atividade, o cliente pode ir conquistando renovações de crédito com maiores valores e prazos.
- Há mínima burocracia. Os clientes precisam comprovar pelo menos seis meses de atuação na atividade em Porto Alegre.

* Aspectos Metodológicos

Os aspetos metodológicos são os seguintes:

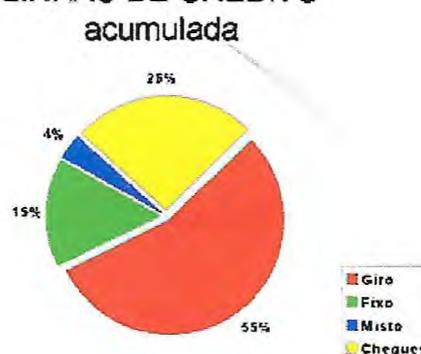
- Os clientes são proprietários, formais ou informais, de uma microunidade econômica, no município de Porto Alegre.
- O capital é destinado pelo capital fixo e Capital de Giro.
- O crédito pode ser individual, solidário ou associativo.
- A taxa operacional é de 3,5% a.m. aplicada sobre o saldo devedor (já foi de 4,5%), com prestações fixas, sem descontos antecipados.

* Avaliação do desempenho do programa portosol (período: 31/12/2001)

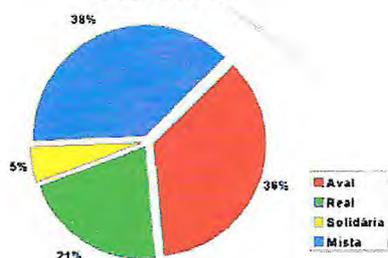
DISTRIBUIÇÃO POR ATIVIDADE



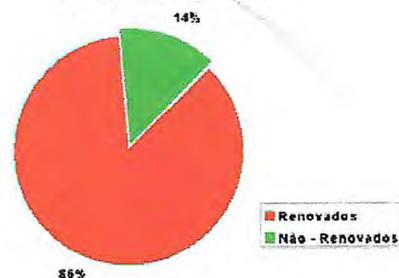
LINHAS DE CRÉDITO



DISTRIBUIÇÃO POR GARANTIAS acumulada



PERCENTUAL GERAL DE RENOVAÇÕES



*** Principais dados do programa Portosol**

Valor Total Emprestado	R\$ 4,7 milhões
Créditos Renovados	1.202
Carteira Ativa	R\$ 1,5 milhão
Clientes Ativos	1.259
Total De Créditos Liberados	R\$ 2.961,00
Percentual De Renovação	74%

Última atualização em: 30/06/1997

Fonte: Portosol

O programa do Portosol foi de grande importância na concessão de créditos. Em 1997, o percentual de renovação foi de 74%, ao passo que em 2001 (de acordo com atualização de 31/12/2001) esse percentual chegou a 86,6%, mostrando que os clientes estão satisfeitos com a instituição em que os clientes foram beneficiados de alguma forma.

3.4 CREDIAMIGO DO BANCO DO NORDESTE

O Crediamigo do Banco do Nordeste consiste na concessão de crédito, pequenos empréstimos, voltados para os microempreendimentos informais, proprietários de microempresas de subsistência e acumulação simples e ampliada que estão fora do mercado formal de crédito por não atenderem a exigências tais como:

- Não possuem garantias reais, exigidas pelas agências bancárias.
- O tamanho do negócio não corresponde ao exigido pelos programas de financiamento, ou seja, são pequenas negócios.

*** Os objetivos do programa**

Os objetivos do programa Crediamigo constituem-se em:

- Melhorar as condições de vida dos microempreendimentos regionais, através do aumento da capacidade de competitividade no mercado, que lhes permite um aumento de suas rendas e desenvolvimento de suas próprias empresas.
- Capacitação dos microempresários para tomada de decisões que fortaleçam e enriqueçam suas relações empresariais.
- Geração de renda e ocupação para as pessoas de baixa renda.
- Oferecem maiores lucros para os microempreendimentos já instalados.
- Liberar os microemprededores da dependência do crédito de custo elevado.
- Ajudar as unidades produtivas concedendo-lhes além de crédito, capacitação e treinamento.
- Garantir ao cliente do programa condições para ele gerir bem seu negócio, via melhoria da competitividade e integração ao mercado.
- Introduzir uma metodologia inovadora de concessão de crédito de forma ágil, desburocratizada e sem as garantias tradicionais do sistema financeiro, funcionando com grupos solidários.

*** Características do Crediamigo**

As principais características que este programa apresenta são os seguintes:

- Os grupos variam de quatro a sete pessoas, cujo objetivo é obter empréstimos grupal, que trabalhem por conta própria e que se conheçam e se confiem mutuamente, constituindo em avalistas solidários.

- Possuem linha de crédito para capital de giro, com prazos curtos.
- Os empréstimos são crescentes, e acordo com a capacidade de pagamento do cliente.
- Os clientes do microcrédito são pessoas de baixa renda e possuem uma relação de respeito mútuo, sem criar constrangimento ou qualquer outra atitude de desconfiança sobre os propósitos da instituição e do produto oferecido.
- Trabalha com pequenos empréstimos, com o mínimo de burocracia. A exigência é que o negócio tenha capacidade de se manter e crescer, ou seja, tenha viabilidade financeira.
- Os empréstimos concedidos, inicialmente para clientes com microempreendimentos de subsistência com valor no máximo de R\$ 300,00, e R\$ 700,00, para clientes com microempreendimentos de acumulação simples.
- Os pagamentos são semanais, quinzenais ou mensais, de acordo com a rotatividade do estoque do cliente. O cliente deve, portanto, investir em mercadorias que vendem mais.
- A prestação deverá ser paga integralmente, sem renegociação de dívidas.

*** Metodologia do programa**

O processo Metodológico do programa consiste em:

- O cliente deve atender requisitos básicos para participar do programa (participar de grupo solidário, ter negócio já estabelecido e documentos pessoais);
- Liberação rápida de recursos, sem burocracia, no máximo sete dias, caso o cliente cumpra os requisitos exigidos, o crédito seguinte é liberado após a quitação do anterior, estes devem ter sido liquidado nos seus vencimentos.
- O prazo para pagamento do crédito é curto e se ajusta ao tipo de atividade desempenhado pelo cliente;
- Há incentivos, para os clientes quitarem os pagamento nos dias marcados, como a devolução de percentual dos juros pagos;
- Os agentes de crédito, trabalham diretamente nas comunidades, no próprio local de trabalho, servindo para que as pessoas que operam o programa identifiquem as condições dos empreendimentos e estabelecer uma relação respeito com o beneficiário;

- As pessoas devem se organizar em grupos solidários, não podendo ser parentes próximos (pai, mãe, filho, marido ou mulher);
- O cliente não poderá obter crédito simultâneo;
- Os mecanismos de cobrança são imediatos, acionados logo após o primeiro dia de atraso;
- Ao lado da assistência creditícia, são colocados à disposição do cliente serviços de capacitação empresarial, com intuito de fortalecer o crescimento do microempreendimento.

*** Público-alvo do Crediamigo**

O programa Crediamigo destina-se a pessoas que trabalham por conta própria, geralmente no setor informal, tais como:

- Indústria (marcenaria, sapataria, carpintaria, artesanato, alfaiataria, gráfica, padaria, produção de alimentos, fabricante de uma infinidade de produtos de consumo, etc.);
- Comércio (vendedores, farmácia, armazéns, restaurantes, lanchonetes, ambulantes, feirantes pequenos lojistas, açougueiros, vendedores de cosméticos, etc.);
- Serviços (salões de beleza, oficinas mecânicas, borracharia, etc.)

*** Vantagens e desvantagens para o cliente**

As principais vantagens para os clientes do Microcrédito do Banco do Nordeste são as seguintes:

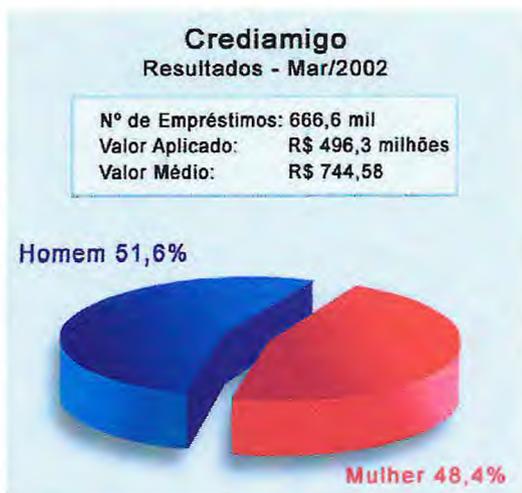
- O atendimento ao cliente é rápido e especial, bem como a renovação dos créditos.
- O programa concede descontos por pontualidade. (15% sobre o total de juros pago) Assim, no vencimento da operação, o banco devolverá 15% dos juros aos clientes que pagaram todas as prestações em dias.
- A exigência de documentação é mínima.
- Não exige poupança ou cheque pré-datado como garantia.

- Oferece capacitação ao cliente, através de treinamentos dinâmicos e de curta duração, em horários adequados à necessidade do cliente e troca de experiências entre os participantes.

Existem no programa Crediamigo algumas desvantagens para clientes que não pagam os financiamentos pontualmente, essas desvantagens consistem em:

- Redução de valores da renovação.
- Pagamento de juros de atraso.
- Perda de renovação.
- Perda de desconto.
- Exclusão do grupo solidário

*** Desempenho do Programa Crediamigo:**



Fonte: Banco do Nordeste

Verifica-se, de acordo com as tabelas acima, a viabilidade do programa crediamigo, uma vez que os resultados são expressivos. Nota-se que o setor de serviços é a atividade que mais requer empréstimos, com porcentagem de 83%, seguida da indústria e serviços respectivamente. A quantidade de clientes em 1998 era de 21.846, chegando a 94.916 em 2002, mostrando o interesse das pessoas por empréstimos. A carteira ativa do programa mostra a sua importância.

3.5 CAIXA DO POVO CE

A Fundação Caixa do Povo foi uma iniciativa do governo do Estado do Ceará, que propôs o estudo de experiências existentes sobre os programas de crédito popular, microcrédito, em particular, cujo objetivo fosse a concessão de pequenos empréstimos para financiar atividades produtivas ou profissionais, desenvolvidas pela população de baixa renda.

A criação da Caixa do Povo teve como referência a experiência positiva do Grameen Bank, uma das mais bem sucedidas experiências mundiais de microcrédito. Tratando de crédito à população carente com grupos de aval solidário.

A atuação da FCP compreende a Região metropolitana de Fortaleza e o interior do Estado. A experiência tem início no interior e depois estendida à Capital do Estado.

A população atendida concentra-se em famílias de baixa renda em cidades ou bairros previamente selecionados com renda mensal de no máximo R\$ 500,00, exercendo atividades produtivas por conta própria como microcomerciantes, costureiros, cabeleireiros etc.

Os recursos do FCP foram oriundos de doações de empresas privadas e do Governo do Estado do Ceará.

*** Aspectos Metodológicos**

Esse programa apresenta os seguintes aspectos metodológicos:

- A concessão de créditos é feita principalmente para capital de giro na faixa de R\$ 50,00 a R\$ 300,00, com prazos de 90 dias, ou seja, curto prazo.
- De cada empréstimo é deduzido 1% a título de poupança com rendimento mensal de 0,5% a.m. A poupança é devolvida quando a pessoa deixa de participar do FCP.

- Os juros praticados são de 2,5% a.m. sobre o valor do empréstimo.
- Em casos de pontualidade, os clientes beneficiados podem renovar os financiamentos até no montante anterior, acrescidos 50% com limites de R\$ 3 mil.
- A FCP adota o aval solidário, são criados grupos solidários entre os membros. O não pagamento de um membro do grupo pode prejudicar os demais.

*** Avaliação do desempenho do programa Caixa do Povo CE (período: 1996/1997)**

Indicadores	1996	1997
Clientes ativos	1.750	3000
Empréstimos Concedidos	3.049,00	8.427,00
Créditos Concedidos	R\$ 906 mil	R\$ 2.945 mil
Pessoas diretamente beneficiadas	7000	12000

Fonte: FCP

Dados até 30/09/1997

A tabela acima mostra que de 1996 para 1997, o programa caixa do povo, apresentou resultados importantes, contribuindo para que algumas famílias tivessem acesso ao crédito. A quantidade de clientes ativos em 1996, foi de 1.750, ao passo que em 1997 esse número para 3000. As pessoas, diretamente beneficiadas aumentaram de 7000 para 12000. Dessa forma mostra-se a importância do programa.

3.6 PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE OS PROGRAMAS DE MICROCRÉDITO ABORDADOS.

No Brasil são muitas as instituições de microcrédito, este trabalho procurou apresentar as particularidades de quatro delas, embora todas tenham características comuns uma delas é a concessão de empréstimos em valores pequenos, mas acrescidos de acordo com a pontualidade do cliente. Segundo, a formação de grupos solidários que não necessitam de apresentar garantia real para que os empréstimos sejam liberados.

Uma diferença encontrada no tocante aos grupos foi que, em alguns, o crédito amigo por exemplo, formam-se grupos de 4 a 7 pessoas, ao passo que, no programa

PORTOSOL, CEAPE e CAIXA DO POVO a exigência é que os grupos apresentem no máximo cinco participantes.

A taxa de juros cobrada diferencia-se de acordo com a instituição, a PORTOSOL cobra juros de 3% e programa CAIXA DO POVO 2,5%. A regra geral é a cobrança de juros de mercado.

Todas as instituições apresentadas apóiam principalmente o setor informal ou seja, trabalhadores por conta própria, embora duas instituições apresentadas, a PORTOSOL e o programa CEAPE liberem crédito para o setor formal.

No caso particular do CAIXA DO POVO a concessão de crédito é apenas para o setor formal uma vez que a linha de crédito varia de R\$ 50,00 à R\$ 300,00, ou seja os créditos são para pessoas muito carentes.

CONCLUSÃO

Desde a década de 70, o mundo vem passando por profundas transformações, o modelo de produção fordista, no qual predominava a produção em massa e os trabalhadores exerciam tarefas repetitivas, cedeu lugar a uma nova ordem econômica. As grandes empresas em busca de mercados e competitividade, precisavam reduzir custos e aumentar a produtividade. A produção se tornou flexível e o trabalhador precisava se adequar a essa nova ordem. No mercado de trabalho, em virtude da globalização e reestruturação produtiva, o impacto foi expressivo, vários postos de trabalho foram eliminados.

Mediante as modificações no mercado de trabalho, seria necessário ao trabalhador se adequar. Necessário, a qualificação, na falta desta, restaria ao trabalhador os serviços mal remunerados, geralmente no mercado informal da economia. Presencia-se, portanto, a enorme precarização dos postos de trabalho e o crescimento dos trabalhos parciais, reduções de garantias etc.

No Brasil, presencia-se um acompanhamento das tendências mundiais, a grande maioria das empresas está reduzindo seus custos, terceirizando os serviços. Há uma crescente tendência para o desemprego. Muitos postos de trabalho estão desaparecendo. Verifica-se também a presença crescente do setor informal, os trabalhadores que não se encontram inseridos no mercado de trabalho, buscam formas de ocupação, que em geral são de baixa qualidade.

O trabalho informal a que se refere este trabalho corresponde àquelas microunidades produtivas, trabalhadores autônomos por conta própria, que tem condições, através do apoio governamental ou não, de se firmar, fortalecendo suas atividades e conseqüentemente gerar empregos e renda. A ajuda para o auto-emprego torna-se importante para esses trabalhadores alijados do mercado formal de trabalho.

Esses microempreendimentos estão cada vez mais presentes nas comunidades como forma de sobrevivência. Como observa-se ao longo do trabalho, as microempresas

correspondem a 75% das existentes. Mostrando a grande importância na economia e no mercado de trabalho.

O microcrédito surge com alternativa viável e sustentável, contribuindo substancialmente para gerar emprego e renda para as populações carentes. Verifica-se que mundialmente, o microcrédito vem contribuindo para que muitas famílias saiam da enorme pobreza em que vivem. As experiências mundiais mostram que a economia solidária constitui-se de arma poderosa na luta contra a pobreza.

O principal objetivo de um projeto de microcrédito consiste na geração de emprego e renda nas comunidades carentes, de baixa renda, através de desenvolvimento de microempresas formais e informais e assim melhorar as condições de vida de muitas famílias, que na maioria dos casos, tem como único meio de sobrevivência pequenos empreendimentos.

Há comprovação de que tais programas concretizam suas metas. Em pesquisas realizada por André Bezerra Cavalcante, constatou-se que 30% dos tomadores de empréstimos do Banco do Povo de Santo André aumentaram ou mantiveram suas rendas após o financiamento; 83% tiveram aumento de receita; e 93% contrataram mais pessoas. Constatando que o microcrédito vem fortalecendo os microempreendimentos e o emprego, aumentando renda e conseqüentemente dinamizando a economia local.

Essas “microempresas” iniciam suas atividades, muitas vezes em situação difícil, sem assistência creditícia ou qualquer outra ajuda. Muitas vezes o pequeno empreendimento funciona em sua própria residência, para maior economia. Muitos poderiam se desenvolver e fortalecer se tivessem acesso a crédito, capacitação e treinamento etc.

O microcrédito é viável porque:

- Os “microempresários”, mesmo do setor informal, são bem informados e têm capacidade para gerir seus negócios, contam, sobretudo, com experiências, logo, tem capacidade para

- gerir um pequeno negócio, crescer e aumentar o número de empregos. Além da experiência, há a dedicação e necessidade de desenvolvimento;
- Os juros cobrados pelos programas de microcrédito, geralmente, são menores que os praticados por agiotas, ou seja, os juros são de mercado. Pesquisas mostram que os clientes necessitam de crédito e gostariam de recebê-lo de instituições que praticassem juros de mercados;
 - A baixa taxa de inadimplência mostra que os programas são viáveis, uma vez que as organizações precisam cobrir custos e podem fazê-lo dados os juros cobrados e o pagamento efetivo dos clientes;
 - Cada um dos programas estudados se mostraram de grande importância para o papel a que foram incumbidos, ou seja, geração de emprego e renda.

O Crediamigo do Banco do Nordeste, desde sua criação concede mais de 100 mil empréstimos, movimentando R\$ 67 milhões, com taxa de inadimplência em torno de 3%. Essa experiência mostra ser possível oferecer crédito às microempresas, de forma sustentável. Segundo a ETENE (Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste), no tocante a contribuição do programa na geração de emprego e renda, 87% das respostas foram afirmativas, confirmando o impacto positivo desse programa. Podemos verificar ainda que o crescimento dos números de clientes em carteira mostra a sustentabilidade de tal programa.

O Ceape, outro programa de apoio aos pequenos negócios, apresentam resultados importantes. Em 1996 eram 3.216 pequenos empreendimentos apoiados e 5.074 a quantidade de empregos criados e/ou fortalecidos. Em 1998 os pequenos empreendimentos apoiados e empregos criados e/ou fortalecidos corresponderam a 12.398 e 21.313 respectivamente, mostrando o enorme impacto na geração de empregos e renda.

A experiência do programa Portosol permitiu consolidar vários empregos informais precários já existentes. E ao financiar parcelas da população ativa que estavam distantes do acesso ao crédito e outras formas de “ajuda”, permite redistribuir a renda, e melhorar as condições da população mais carente. O Banco do Povo em Fortaleza permite

também, que muitas famílias sejam beneficiadas. Em 1996, foram 7000 o número de pessoas beneficiadas e em 1997 já alcançava 12000.

Todas as instituições de microcrédito buscam a sustentabilidade, a cada ano o volume de recursos emprestados por elas crescem consideravelmente, comprovando numericamente que tais programas são viáveis.

É verdade que não só o crédito isolado pode resolver o problema do desemprego, visto a enorme complexidade deste, são várias as causas e conseqüências do desemprego. Logo o crédito constitui-se de uma alternativa que não erradica o desemprego, mas dá condições para que muitas famílias consigam sair da extrema pobreza e inserir-se no contexto econômico. É preciso ressaltar que associado a isto, muitas outras coisas devem ser feitas.

BIBLIOGRAFIA

ARBACHE, Jorge Saba. Os Efeitos da Globalização nos Salários e o Caso do Brasil, **Economia**, Niterói (RJ), v. 1, n° 1, p. 59-92, jan. 2000.

AZEVEDO, Beatriz Regina Lago de. **A Produção não capitalista: uma discursão teórica**. Porto Alegre, RS. N° 10 – Abril 1985.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **Setor Informal Urbano e Formas de Participação na Produção**. São Paulo, Fipe, USP, 1983.

CACCIAMALI, Maria Cristina et al Brasil. 1980. **Os Desafios da Crise Econômica**. Instituto de Pesquisas Econômicas, 1988.

CAMPOS, Íris Walquiria. O Desafio de Gerar Empregos. Balanço Anual 1997, **Gazeta Mercantil**. São Paulo, 1997.

CARDOSO JR., José Celso. **Crise e Desregulamentação do Trabalho no Brasil**. TEXTO PARA DISCUSSÃO n° 814. Brasília, Agosto, 2001.

DUPAS, Gilberto. O Emprego em Crise. **Revista T & D**, n° 33, nov/dez 96, jan. 97.

FARIA, Lauro Vieira de. Carta de IBGE. **Revista Conjuntura Econômica**. Abril de 1998.

GALVÃO, Luís Eduardo. A Bomba que Ameaça o mundo. **Revista Rumos do Desenvolvimento**, dezembro 1997.

IBGE, **Economia Informal Urbana**. 1997, volume 1 Brasil e Grandes Regiões.

ABREU, Marcelo de Paiva et al. **A ordem do progresso: Cem anos de política, 1889-1989**. Rio de Janeiro, Campus, 1990.

LEITE, Eduardo Alvin, GUARIZE, Luiz Antônio e LOYOLA, Sorria. **Economia**, Curitiba, n° 16, p. 59-83. 1992. Editora da UFRN.

MARTINS, Carlos Estevan. Da Globalização da Economia à Falência da Democracia. **Economia e Sociedade**, Campinas, (6); jun. 1996.

MICHEL, Renault e RIBEIRO, Rosana. Considerações sobre a Determinação do Nível de Emprego em um Contexto de Reestruturação Produtiva e Globalização Financeira. *Revista Arche Typon*, Faculdade Cândido Mendes. Rio de Janeiro, Ano 5, nº 14, maio/agosto. 1997.

ROSA, Antônio Lisboa Teles. Microcrédito: Possibilidades e Limitações. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, V. 29 N. especial, p. 615-633, julho 1998.

RIFKIN, Jeremy. **O Fim dos Empregos**. São Paulo, Makron Books, 1996.

SANTOS, Chico Desemprego recua, mas continua alto. *Folha de São Paulo*, Rio de Janeiro. 03/06/98.

SINGER, Paul. **Globalização e Desempregos: Diagnóstico e Alternativas**. Contexto, 2000.

SIQUEIRA, Carlos Aquiles, **Geração de Emprego e Renda no Brasil: Experiências de Sucesso**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

SOUSA, Lázaro Evair de. Crédito para Todos. *Revista Pequenas Empresas Grandes Negócios*. Ano XIV – Nº 159. p. 48-55. Abril 2002.

SOUZA, A.V.; ARAÚJO, Tarcízio Patrício. **Apoio a microempresas: Limites do Possível**. Recife 1983.

TACHINARDI, Maria Helena. Tecnologia, o Vilão do Trabalho não Qualificado. Balanço Anual. 1997, *Gazeta Mercantil*.

VALE, Gláucia Maria V. Uma conjuntura essencial para o futuro do Brasil. *Revista Rumos do Desenvolvimento*, junho 1996.

WELMOVICKI, Márcia, ALÉM, A. Cláudia Duarte e MOTTA, Maria Fátima S. Rosinha. A Dualidade no Mercado de Trabalho: Quantidade ou Qualidade na Geração de Empregos? *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, dezembro de 1994.

Internet:

<http://www.banconordeste.gov.br/crediamigo/conteudo/apresentacao.htm>

<http://www.banconordeste.gov.br/crediamigo/conteudo/resultados.htm>

<http://www.federativo.bndes.gov.br/dicas/d112.htm>

<http://www.ceape.org.br/home/clientes.asp>

<http://www.ceape.org.br/method.asp>

<http://www.ceape.org.br/program.asp>

<http://www.ceape.org.br/results.asp>